



AS TEORIAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO E A EVOLUÇÃO DAS CARTAS PATRIMÔNIAIS DO SÉCULO XX

FORMENTINI, Jhovana¹; GAKLIK, Émille Schmidt²; MEOTTI, Bruna Disconzi³;
NASCIMENTO, Geórgia⁴; SCHAWNZ, Angélica Kohls⁵; SILVA, Mateus Veronese Correa
da⁶; ZORZO, Izadora Luiza⁷.

Palavras-Chave: Restauro. Arquitetura. Patrimônio. Cartas patrimoniais.

INTRODUÇÃO

As técnicas de restauro de edifícios históricos é assunto que exige cada vez mais um aprofundamento teórico e prático, tanto na academia, quanto por profissionais da área do restauro. Braga (2003) afirma que cada período histórico busca preservar e renegar o seu passado de acordo com suas visões, sendo que esta é resultado da trajetória que sua consciência histórica seguiu. Estes pensamentos passaram a ser sintetizados nas diversas teorias de restauro estabelecidas desde o século XVII, e influenciaram a elaboração das Cartas Patrimoniais do século XX, que trazem as reflexões acerca do patrimônio de acordo com os princípios norteadores de cada período.

Buscando o aprofundamento teórico neste tema, o presente trabalho, vinculado ao Projeto de Pesquisa intitulado “Conservação e Recuperação das Argamassas de Revestimento a Base de Cal dos Edifícios do 29 GAC AP em Cruz Alta/RS”, busca abordar em sua revisão bibliográfica, os principais pontos das teorias ocidentais de conservação e restauro e demonstrar a evolução dos conceitos das Cartas Patrimoniais do século XX.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi extraído da pesquisa bibliográfica do Projeto de Pesquisa PIBIC “Conservação e Recuperação das Argamassas de Revestimento a Base de Cal dos

¹Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: jhformentini@hotmail.com

²Professora colaboradora de pesquisa, pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: egaklik@unicruz.edu.br

³Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: brunameotti@hotmail.com

⁴Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: georgianascimento35@gmail.com

⁵Professora colaboradora de pesquisa, pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: aschwanz@unicruz.edu.br

⁶Professor orientador de pesquisa, pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: matsilva@unicruz.edu.br

⁷Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: iza_zorzo95@hotmail.com



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias
na Educação à Distância
III Mestrado de Trabalhos
Científicos do PIBID
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



Edifícios do 29 GAC AP em Cruz Alta/RS”, que será realizado no ano de 2018. A pesquisa a nível exploratória levou em consideração a bibliografia de autores referência, assim como periódicos publicados na área de estudo. A partir desta investigação, os resultados obtidos auxiliarão o desenvolvimento do projeto de pesquisa proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo da história, a noção sobre o patrimônio mudou muito, conforme a visão contextual estabelecida naquele determinado momento. Com isso, diversas abordagens e teorias surgiram, como forma de estabelecer critérios para a preservação e conservação do patrimônio cultural.

No século XIV, durante o Renascimento, conhecido pela sua valorização da sabedoria da antiguidade clássica, conforme Braga (2003), era comum monumentos serem alterados para se adequar aos padrões estéticos e necessidades vigentes. Contudo, haviam exemplos onde os acréscimos eram construídos com as mesmas características ou removidos em prol da reconstituição original do edifício.

O discurso do historiador francês Viollec-le-Duc, passou a ter grande influência no desenvolvimento das teorias de conservação e restauro no contexto do século XVII. Seu discurso conservador defendia em plena Revolução Industrial, que a atitude do arquiteto no momento de interferência de uma obra, deveria ser o mesmo do autor original. Para isto era necessário intervir utilizando os mesmos materiais e técnicas para manter uma unidade estilística (BRAGA, 2003).

Presenciando a mesma época que le Duc, e representando uma vertente mais contemporânea deste, o inglês John Ruskin, passou a defender que arquitetura deve ser tratada como um acidente da paisagem (ALOISE, 2005). Esta abordagem considerava que o edifício deveria manter-se como um testemunho do tempo, não recebendo nenhum tipo de intervenção para a sua conservação.

Com uma visão intermediária a dicotomia dos dois autores, o arquiteto Camillo Boito no fim do século XIX, não cria uma teoria propriamente dita, mas defende uma série de critérios e princípios em relação a conservação e o restauro do patrimônio. Sua vertente pela primeira vez, passa a considerar uma arquitetura ambientada, com cuidados a inserção do edifício no seu entorno, e a sua compatibilização com o programa moderno (ALOISE, 2005).

Rompendo com a visão estabelecida entre os três autores anteriores, Alois Riegl na segunda metade do século XIX, passa a abordar em suas teorias o patrimônio não somente



pelo seu valor baseado no estilo e na historiografia, mas quanto significado e quanto memória coletiva. (ALOISE, 2005).

Ainda segundo o autor, o historiado e crítico italiano Cesare Brandi, pela primeira vez passa a abordar o patrimônio de uma forma mais ampla. Entre 1939 e 1960 Brandi esteve a frente do Instituto Central de Restauração de Roma, possibilitando a coordenação de um número significativo de restaurações em obras destruídas nos bombardeios da Segunda Guerra. Esta atuação resulta em uma visão que estabelece o patrimônio não apenas como documento, mas “[...] como obra figurativa com significação social e simbólica, em detrimento do restauro filológico giovannoniano que se fazia no imediato pós-guerra” (ALOISE, 2005).

A importância da preservação e intervenção no patrimônio cultural começou a ter maior repercussão no início do século XIX. Fruto de encontros internacionais, surgiram as Cartas Patrimoniais, que visavam defender os bens patrimoniais de forma adequada, levando em consideração as diversas localidades e situações em que estavam inseridos.

A primeira Carta Patrimonial foi elaborada em 1931 pela hoje denominada Organização das Nações Unidas - ONU. A Carta de Atenas recomenda normas e condutas para a conservação das edificações, garantindo seus atributos históricos e culturais, além de sua preservação e a manutenção das suas características originais. Posteriormente, a Carta de Veneza, elaborada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos no ano de 1964, visou resgatar os ideais da Carta de Atenas, mas ampliando e aperfeiçoando-os. (CASALINHO 2013). Ambas as Cartas ainda relacionavam o conceito de patrimônio aos monumentos e seu excepcional valor estético ou histórico.

Na Conferência de Quito, no ano de 1967, participaram pela primeira vez países latino-americanos como: Brasil, Equador, Estados Unidos, México, entre outros. Nessa conferência houve uma busca pela adequação dos princípios da Carta de Veneza nas culturas latino americanas, buscando também inserir as manifestações sociológicas e de folclore nacional, com a investigação da história espanhola e portuguesa. (BRAGA, 2003).

Outra importante Carta Patrimonial construída no século XX é a Declaração de Amsterdã, elaborada em 1975. Este documento tratar sobre a integração do patrimônio cultural a vida social. Além disso, o documento amplia o significado de patrimônio, ao dizer que “compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico e cultural” (COSTA, 2012 *apud* CURY, 2004).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode se observar na pesquisa desenvolvida, ao longo do tempo as teorias da conservação e restauro sofreram evoluções, refletindo a visão contextual da sociedade no momento em que foram criadas. Nas Cartas Patrimoniais, nota-se a evolução significativa do conceito de patrimônio, onde nas últimas edições o patrimônio passa a não ter só como foco a edificação, mas todos os elementos que a compõem, técnicas utilizadas, valores sentimentais e históricos.

O conhecimento adquirido neste embasamento teórico, possibilita a complementação do referencial teórico do Projeto de Pesquisa “Conservação e Recuperação das Argamassas de Revestimento a Base de Cal dos Edifícios do 29 GAC AP em Cruz Alta/RS”. Com isso, possibilita-se o entendimento mais amplo do tema da conservação e do restauro, permitindo que o projeto seja desenvolvido da maneira adequada, pelo conhecimento dos materiais e técnicas empregadas.

REFERÊNCIAS

- ALOISE, J. M. O Restauro Na Atualidade e a Atualidade dos Restauradores. 2005. **IPHAN**, Publicações, Artigos do patrimônio, 2005. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Artigos_do_patrimonio_O_restauro_na_atualidade_e_a_atualidade_dos_restauradores_JulianaMiranda.pdf>. Acesso em 18 abr. 2018
- BRAGA, M. **História e evolução conceitual dos critérios do restauro arquitetônico**. 2003. Disponível em: http://marciabraga.arq.br/vo/images/stories/pdf/MarciaBraga_arq_bras.pdf. Acesso em 09 abr. 2018.
- CASALINHO, P. M. A. **Análise comparativa de pinturas para intervenções no patrimônio edificado em pelotas no final do século XIX**. 2013. Disponível em: http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_paula_out_2013.pdf>. Acesso em 09 abr. 2018.
- COSTA, E. B. da. Patrimônio e Território Urbano em Cartas Patrimoniais do Século XX. 2011. **Finisterra**: Revista Portuguesa de Geografia. 47, 93, 5-28.
- CURY, I. Cartas patrimoniais. 2004. 3ª ed. **IPHAN**, Rio de Janeiro.